

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	14
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	14
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	15
6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	15
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	18
10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	18
11. INVESTIMENTOS	19
12. IMOBILIZADO.....	26
13. INTANGÍVEL	31
14. FORNECEDORES.....	32
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	32
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	33
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	35
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	35
19. PROVISÕES.....	36
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	41
21. RECEITA	42
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	43
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	44
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	45
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	47
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	53
27. SEGMENTOS OPERACIONAIS	56
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	57
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	58
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	59
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	150.616	290.549
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	231.791	600.754
Consumidores e Revendedores	5	1.325.404	649.571
Concessionários - Transporte de Energia		36.927	37.655
Ativo Financeiro da Concessão	10	7.947	4.582
Tributos Compensáveis	6	68.929	59.877
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	-	109.499
Dividendos a Receber		8.669	23.749
Estoques		4.710	5.596
Adiantamento a Fornecedores		74.667	-
Outros Créditos		100.750	75.143
TOTAL DO CIRCULANTE		2.010.410	1.856.975
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	4	4.859	10.283
Tributos Compensáveis	6	45.558	41.055
Depósitos Vinculados a Litígios	9	175.646	174.266
Transações com Partes Relacionadas		47	2.345
Outros Créditos		85.641	85.641
Ativo Financeiro da Concessão	10	1.293.718	1.268.404
Investimentos	11	5.638.128	4.039.033
Imobilizado	12	4.185.881	4.849.638
Intangíveis	13	37.331	50.396
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.466.809	10.521.061
TOTAL DO ATIVO		13.477.219	12.378.036

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	2.295.445	2.210.604
Debêntures	16	82.254	665.925
Fornecedores	14	298.436	309.010
Impostos, Taxas e Contribuições	15	109.501	84.237
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		14.432	-
Salários e Encargos Sociais		41.332	44.263
Encargos Regulatórios	17	47.033	45.727
Participações nos Lucros		39.486	24.881
Obrigações Pós-Emprego	18	35.746	34.615
Concessões a Pagar		3.458	21.025
Outras Obrigações		84.516	31.099
TOTAL DO CIRCULANTE		3.051.639	3.471.386
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	752.235	754.250
Debêntures	16	3.444.538	3.405.921
Provisões	19	87.326	92.744
Obrigações Pós-Emprego	18	555.837	546.983
Impostos, Taxas e Contribuições	15	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8a	431.047	285.727
Encargos Regulatórios	17	68.525	53.827
Concessões a Pagar		17.783	149.855
Outras Obrigações		29.607	29.500
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.488.131	5.420.040
TOTAL DO PASSIVO		8.539.770	8.891.426
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	1.837.710	1.700.000
Reservas de Lucros		1.309.293	1.309.293
Ajustes de Avaliação Patrimonial		460.480	477.317
Lucros Acumulados		1.329.966	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.937.449	3.486.610
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.477.219	12.378.036

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
RECEITA	21	2.403.101	2.419.264
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(72.218)	(64.947)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(607.782)	(355.699)
		(680.000)	(420.646)
CUSTO	22		
Pessoal		(63.251)	(61.953)
Materiais		(2.594)	(2.906)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(77.518)	(37.478)
Serviços de Terceiros		(25.600)	(32.193)
Depreciação e Amortização		(75.532)	(59.717)
Provisões (Reversões)		4.878	(2.958)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(30.933)	(13.549)
Outros Custos Operacionais		(1.563)	(6.111)
		(272.113)	(216.865)
CUSTO TOTAL		(952.113)	(637.511)
LUCRO BRUTO		1.450.988	1.781.753
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		253	-
Despesas Gerais e Administrativas		(32.188)	(17.745)
Outras Despesas Operacionais		(30.859)	(27.373)
		(62.794)	(45.118)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(37.293)	1.049
Resultado de Valor Justo em Operação Societária		734.530	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.085.431	1.737.684
Receitas Financeiras	23	28.130	52.490
Despesas Financeiras	23	(240.474)	(150.599)
Resultado antes dos Impostos		1.873.087	1.639.575
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8b	(413.465)	(566.148)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	(146.493)	10.318
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.313.129	1.083.745
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,4533	0,3741

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
RESULTADO DO PERÍODO	1.313.129	1.083.745
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.313.129</u>	<u>1.083.745</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	893.192	2.384.711	537.114	-	3.815.017
Resultado do período	-	-	-	1.083.745	1.083.745
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.083.745	1.083.745
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(7.053)	7.053	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	893.192	2.384.711	530.061	1.090.798	4.898.762
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.700.000	1.309.293	477.317	-	3.486.610
Resultado do período	-	-	-	1.313.129	1.313.129
Resultado abrangente do período	-	-	-	1.313.129	1.313.129
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(16.837)	16.837	-
Aumento de Capital	137.710	-	-	-	137.710
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	1.837.710	1.309.293	460.480	1.329.966	4.937.449

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015	31/03/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.313.129	1.083.745
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	76.002	59.721
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	10.739	4
Equivalência Patrimonial	37.293	(1.049)
Juros e Variações Monetárias	223.188	127.080
Imposto de Renda e Contribuição Social	559.958	555.830
Resultado em Operação Societária	(734.530)	-
Provisões para Perdas Operacionais	(5.131)	2.958
Obrigações Pós-Emprego	21.195	18.689
	1.501.843	1.846.978
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(658.040)	(862.967)
Tributos Compensáveis	(3.549)	133.134
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	109.499	67.886
Transporte de Energia	728	(3.203)
Depósito Judiciais	(150)	(9.374)
Dividendos Recebidos	16.559	5.230
Ativo Financeiro	2.300	958
Outros	(97.157)	7.898
	(629.810)	(660.438)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(11.351)	9.656
Tributos e Contribuição Social	24.341	17.532
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(153.961)	(54.957)
Salários e Contribuições Sociais	(2.931)	(8.043)
Encargos Regulatórios	11.331	(15.850)
Obrigações Pós-Emprego	(11.210)	(10.556)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(1.173)	-
Outros	62.256	(24.140)
	(82.698)	(86.358)
Caixa Gerado nas Operações	789.335	1.102.439
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(282.716)	(380.362)
Juros Pagos	(163.696)	(182.512)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	342.923	537.308
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Investimentos	(331.406)	(1.620.287)
No Imobilizado	-	(7.999)
No Intangível	(242)	(2.133)
No Ativo Financeiro	(30.933)	(13.549)
Em Títulos e Valores Mobiliários	374.387	356.911
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	11.806	(1.287.057)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	31/03/2015	31/03/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	-	505.368
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(521.720)	(476.553)
Aumento de Capital	27.058	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(494.662)	28.815
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(139.933)	(720.934)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	290.549	1.107.174
No fim do exercício	150.616	386.240
	(139.933)	(720.934)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	31/03/2015		31/03/2014	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	2.806.461		2.800.125	
Receita de Construção	30.933		13.549	
Investimentos em Imobilizado	(914)		8.402	
Receita de valor justo em operação societária	734.530		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	252		-	
	<u>3.571.262</u>		<u>2.822.076</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(649.683)		(375.042)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(77.632)		(68.427)	
Serviços de Terceiros	(36.048)		(46.274)	
Materiais	(3.350)		(2.906)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(110.943)		(46.063)	
Outros Custos Operacionais	5.038		(7.219)	
	<u>(872.618)</u>		<u>(545.931)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.698.644		2.276.145	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(76.002)		(59.721)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	2.622.642		2.216.424	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(37.293)		1.049	
Receitas Financeiras	28.130		52.490	
	<u>(9.163)</u>		<u>53.539</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.613.479		2.269.963	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	99.051	3,80	88.230	3,89
Remuneração direta	70.163	2,69	59.440	2,62
Benefícios	24.562	0,94	24.737	1,09
FGTS	4.326	0,17	4.009	0,18
Programas de Desligamento de Empregados	-	0,00	44	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições	957.184	36,62	942.777	41,53
Federais	820.408	31,39	822.315	36,23
Estaduais	136.480	5,22	120.083	5,29
Municipais	296	0,01	379	0,01
Remuneração de Capitais de Terceiros	244.115	9,34	155.211	6,84
Juros	240.474	9,20	150.599	6,63
Aluguéis	3.641	0,14	4.612	0,21
Remuneração de Capitais Próprios	1.313.129	50,24	1.083.745	47,74
Lucros Acumulados	1.313.129	50,24	1.083.745	47,74
	<u>2.613.479</u>	<u>100,00</u>	<u>2.269.963</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 51 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 31 de março de 2015, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.041.229. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades de caixa, dentre as quais destacamos as rolagens de dívidas ou novas captações no mercado previstas para 2015 para cumprir as suas obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pela Diretoria Executiva e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2015.

Em 13 de maio de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas de 31 de dezembro de 2014 e as Informações Contábeis Intermediárias de 31 de março de 2015, está relacionada a seguir:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2014	31/03/2015	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	27	Segmentos Operacionais
5	3	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	4	Títulos e Valores Mobiliários
7	5	Consumidores e Revendedores
8	6	Tributos e Contribuições Compensáveis
9	7	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígios
12	10	Ativos Financeiros da Concessão
13	11	Investimentos
14	12	Imobilizado
15	13	Intangíveis
16	14	Fornecedores
17	15	Impostos, Taxas e Contribuições
18	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	17	Encargos Regulatórios
20	18	Obrigações Pós-Emprego
21	19	Provisões
22	20	Patrimônio Líquido
23	21	Receita
24	22	Custos e Despesas Operacionais
25	23	Receitas e Despesas Financeiras
26	24	Transações com Partes Relacionadas
27	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	28	Transações Não Envolvendo Caixa
32	29	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2014 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias, pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões, autorizações e os Efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais

2.3 – Reclassificação de Saldos Contábeis

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Informações Contábeis Intermediárias, originalmente emitidas em 15 de maio de 2014, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

31/03/2014				
Demonstração de Resultado	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receita	21	2.463.334	(44.070)	2.419.264
Custos - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	22	(39.532)	39.532	-
Outras Despesas Operacionais - Tx.Fiscalização	22	(31.911)	4.538	(27.373)
Total		2.391.891	-	2.391.891

31/03/2014				
Composição da Receita	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica - com impostos	21	1.309.912	109.923	1.419.835
Receita de transmissão - com impostos	21	176.190	(109.923)	66.267
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas	21	(350.340)	(44.070)	(394.410)
Total		1.135.762	(44.070)	1.091.692

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2015	31/12/2014
Contas Bancárias	3.431	5.273
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	102.182	252.322
Overnight	44.951	32.954
Outros	52	-
	147.185	285.276
	150.616	290.549

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 75% a 109,6% conforme operação). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/03/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários	21.049	138.872
Letras Financeiras – Bancos	154.255	350.228
Letras Financeiras do Tesouro	13.718	52.420
Debêntures	43.543	61.545
Outros	4.085	7.972
	236.650	611.037
Ativo Circulante	231.791	600.754
Ativo Não Circulante	4.859	10.283

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 109,6% conforme operação).

A classificação destes títulos e valores mobiliários, de acordo com as categorias previstas na norma contábil, está apresentada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2015	31/12/2014
Industrial	327.200	36.061	8.990	372.251	348.886
Comércio, Serviços e Outras	6.476	121	-	6.597	5.821
Suprimento a Outras Concessionárias	193.700	50.870	27	244.597	260.045
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	650.369	53.894	168	704.431	39.876
Suprimento – outros créditos	2.041	-	292	2.333	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.805)	(4.805)	(5.057)
	1.179.786	140.946	4.672	1.325.404	649.571
Ativo Circulante				1.325.404	649.571

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/03/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	5.057	4.498
Constituições (Reversões)	(252)	559
Saldo no final do exercício	4.805	5.057

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS a Recuperar	60.064	50.929
COFINS	4.891	5.018
PASEP	1.042	1.067
Outros	2.932	2.863
	68.929	59.877
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	37.171	32.210
COFINS	6.906	7.280
PASEP	1.481	1.565
	45.558	41.055
	114.487	100.932

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes, principalmente, de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até 31 de março 2016.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2014 que foram compensadas com Tributos Federais a pagar apurados no mesmo ano, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
Imposto de Renda	-	86.358
Contribuição Social	-	23.141
	<u>-</u>	<u>109.499</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	31/03/2015	31/12/2014
ATIVO		
Obrigações Pós-Emprego	138.998	136.357
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.634	1.720
Concessão Onerosa	67.523	62.325
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	39.560	41.403
Outros	14.070	9.109
	<u>287.093</u>	<u>276.222</u>
PASSIVO		
Custo Atribuído	(269.836)	(278.510)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(59.486)	(55.954)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(227.341)	(227.341)
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(161.348)	-
Outros	(129)	(144)
	<u>(718.140)</u>	<u>(561.949)</u>
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(431.047)	(285.727)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	(285.727)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(146.493)
Incorporação Capim Branco	1.173
Saldo em 31 de março de 2015	(431.047)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2015	31/03/2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.873.087	1.639.575
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(636.850)	(557.456)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	1.689	1.648
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.680)	357
Ganho de Capital por Variação no Percentual de Participação no Capital da Aliança	88.392	-
Multas Indedutíveis	(2)	(97)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(406)	(346)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(104)	(28)
Outros	3	92
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(559.958)	(555.830)
Imposto Corrente	413.465	(566.148)
Imposto Diferido	146.493	10.318
	559.958	(555.830)
Alíquota Efetiva	29,89%	33,90%

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973/14 estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais – Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	31/03/2015	31/12/2014
Trabalhistas	56.191	55.084
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.310	8.014
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233
Outros	5.334	5.313
	114.877	114.560
Outros		
Bloqueio Judicial	277	321
Regulatórios	1.869	1.869
Outros	2.432	2.432
	4.578	4.622
	175.646	174.266

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15.

10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 23 de fevereiro de 2015, a Aneel enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R\$1.157.106, que atualizado até 31 de dezembro de 2014, corresponde ao valor de R\$1.239.039, dos quais R\$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Ainda não estão definidos pelo Poder Concedente o prazo e os critérios de atualização financeira para pagamento do valor remanescente da indenização.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	31/03/2015	31/12/2014
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	953.601	953.601
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	301.284	276.659
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	46.780	42.726
	1.301.665	1.272.986
Circulante	7.947	4.582
Não Circulante	1.293.718	1.268.404

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.272.986
Adição	30.933
Recebimentos	(2.300)
Transferências Imobilizado X Financeiro X Intangível	67
Baixas	(21)
Saldo em 31 de março de 2015	1.301.665

11. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	31/03/2015	31/12/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	36.250	34.296
Guanhães Energia	67.428	67.428
Hidrelétrica Pipoca	28.300	28.807
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	763.256	778.206
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	591.853	603.887
Lightger	38.500	38.900
Baguari Energia	197.178	193.351
Central Eólica Praias Parajuru	61.992	61.999
Central Eólica Volta do Rio	85.128	84.023
Central Eólica Praias de Morgado	62.795	62.332
Amazônia Energia	416.931	394.238
Aliança Geração	1.318.620	3.323
Aliança Norte	305.778	-
Retiro Baixo	148.102	149.944
Renova	1.516.017	1.538.299
	5.638.128	4.039.033

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Outros (*)	31/03/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	1.954	-	-	-	36.250
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	28.807	766	-	(1.273)	-	28.300
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	778.206	(14.949)	-	(1)	-	763.256
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	603.887	(12.034)	-	-	-	591.853
Baguari Energia	193.351	4.034	-	(207)	-	197.178
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	(74)	-	-	67	61.992
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.105	-	-	-	85.128
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	463	-	-	-	62.795
Lightger	38.900	(401)	-	1	-	38.500
Amazônia Energia	394.238	(1.689)	24.382	-	-	416.931
Aliança Geração	3.323	8.903	571.864	-	734.530	1.318.620
Aliança Norte	-	-	305.778	-	-	305.778
Retiro Baixo	149.944	(3.088)	1.246	-	-	148.102
Renova	1.538.299	(22.283)	-	1	-	1.516.017
	4.039.033	(37.293)	903.270	(1.479)	734.597	5.638.128

(*) Refere-se à conclusão da constituição da Aliança Geração de Energia

c) As principais informações sobre as controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de março 2015			Em 31 de dezembro 2014		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	73.980	49,00	35.000	69.991
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	137.608	49,00	137.608	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	57.755	49,00	41.360	58.789
Madeira Energia (*)	9.685.903.724	18,05	9.685.904	7.507.529	17,76	9.455.706	7.782.055
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	284.159	69,39	261.573	278.653
Central Eólica Praias de Parajuru (*)	70.560.000	49,00	70.560	126.514	49,00	70.560	126.529
Central Eólica Volta do Rio (*)	117.230.000	49,00	117.230	173.730	49,00	117.230	171.476
Central Eólica Praias de Morgado (*)	52.960.000	49,00	52.960	128.153	49,00	52.960	127.208
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	78.571	49,00	79.232	79.388
Amazônia Energia	595.398.523	74,50	595.399	559.639	74,50	562.670	529.178
Aliança Geração	1.271.026.380	45,00	1.270.931	1.848.654	-	-	-
Aliança Norte	17.651.167.851	49,00	529.497	509.624	-	-	-
Retiro Baixo (*)	222.850.000	49,90	233.449	296.798	49,90	217.350	300.489
Renova (*)	318.655.422	27,37	3.001.657	5.538.973	27,37	2.567.613	5.620.383

* Patrimônio Líquido incluindo o ágio na aquisição.

Sociedades	Janeiro a março de 2015		Janeiro a março de 2014	
	Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	-	3.988	6.408	3.141
Guanhães Energia	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	2.598	1.563	2.259	4.469
Madeira Energia	-	(149.490)	-	(93.478)
Baguari Energia	298	5.813	-	8.612
Central Eólica Praias de Parajuru	-	(151)	1.006	1.808
Central Eólica Volta do Rio	-	2.255	-	1.902
Central Eólica Praias de Morgado	-	945	-	(753)
Lightger	-	(818)	441	2.117
Amazônia Energia	-	(2.267)	-	(1.258)
Aliança Geração	-	19.784	-	-
Aliança Norte	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	(6.188)	-	-
Renova	-	(81.414)	-	-

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de março de 2015, R\$21.227.537 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de março de 2015, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$3.831.570. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

A Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R\$26.983 em 31 de março de 2015 (R\$9.348 de equivalência patrimonial negativa em 31 de março de 2014), decorrente, principalmente, do reconhecimento em 2014, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (*Generation Scaling Factor - Fator de ajuste de geração*), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Informações Contábeis Intermediárias.

Com base nos estudos realizados, a Cemig GT registrou obrigações de R\$29.028 em suas Informações Contábeis Intermediárias decorrentes da melhor estimativa de perda dessas opções.

A principal variável com efeito sobre o cálculo da opção é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representaria um efeito aproximado de R\$32 milhões no valor da opção.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e a participação é de 9,77%. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão Nº 001/2010 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda, de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% será destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia

A Cemig concluiu em 31 de março de 2015 a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A. (NESA), pertencentes a Vale, o que corresponde a uma participação indireta na NESA de 4,41%.

O preço da aquisição foi de R\$305.778 referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESA até a data do fechamento, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 28 de fevereiro de 2015, proporcionalmente a participação societária indireta na NESA de 4,41%.

O processo de alocação do preço de aquisição, incluindo a identificação e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos encontra-se em andamento.

Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	403.799
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.536
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.088
Consórcio UHE Porto Estrela	25.804
	590.227
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	(149.725)
Acervo Líquido da Cemig GT	440.502
Acervo Líquido da Capim Branco	131.362
	571.864

Conclusão da constituição da Aliança Geração de Energia

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (Vale) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Holding para Cemig GT) e Cadonga empreendimento somente da Vale. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Em conformidade com as normas de contabilidade adotadas no Brasil, mais especificamente o CPC 18 R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto), a Cemig GT reconheceu em suas Informações Contábeis Intermediárias o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos da Companhia que foram aportados na Vale

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia em 31 de março de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	571.864	1.276.668	1.848.532
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171		
Exclusão do ajuste a valor justo referente aos ativos aportados pela Companhia	(582.777)		
Valor ajustado da participação da Cemig	1.306.394		
Valor contábil anteriormente registrado	(571.864)		
Ganho da transação a ser registrado no resultado do exercício de 2015	734.530		
Efeitos fiscais	(161.348)		
Efeito líquido no resultado do exercício	573.182		

12. IMOBILIZADO

A taxa de depreciação média anual é de 2,31%. As taxas anuais de depreciação são por definidas por tipo de bem, conforme a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	15.629.741	(11.642.815)	3.986.926	16.455.764	(11.807.745)	4.648.019
Terrenos	333.281	(6.028)	327.253	375.841	(9.151)	366.690
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6.964.619	(5.089.191)	1.875.428	7.166.711	(5.113.666)	2.053.045
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.900.564	(1.467.022)	433.542	2.055.303	(1.503.526)	551.777
Máquinas e Equipamentos	6.389.446	(5.050.321)	1.339.125	6.814.701	(5.151.026)	1.663.675
Veículos	28.414	(20.167)	8.247	28.814	(19.580)	9.234
Móveis e Utensílios	13.417	(10.086)	3.331	14.394	(10.796)	3.598
Em Curso	198.955	-	198.955	201.619	-	201.619
Ativos em Formação	198.955	-	198.955	201.619	-	201.619
Imobilizado Líquido	15.828.696	(11.642.815)	4.185.881	16.657.383	(11.807.745)	4.849.638

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Capitalização/ Transferencia	Aporte na empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2015
Em Serviço	4.648.019	2.464	(589.129)	(525)	(73.903)	3.986.926
Terrenos	366.690	1.063	(39.430)	-	(1.070)	327.253
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.053.045	-	(144.053)	-	(33.564)	1.875.428
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	551.777	-	(111.880)	(50)	(6.355)	433.592
Máquinas e Equipamentos	1.663.675	1.401	(293.238)	(525)	(32.188)	1.339.125
Veículos	9.234	-	(335)	-	(652)	8.247
Móveis e Utensílios	3.598	-	(193)	-	(74)	3.331
Em Curso	201.619	(2.534)	-	(130)	-	198.955
Imobilizado Líquido	4.849.638	(70)	(589.129)	(705)	(73.903)	4.185.831

Consórcios

A Companhia ainda permanece com a sua participação no consórcio de Queimado registrada em suas demonstrações financeiras. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Maiores informações são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	31/03/2015	31/12/2014
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	3,68	-	38.917
Usina Igarapava	14,50%	2,50	-	58.638
Usina de Funil	49,00%	4,21	-	183.446
Usina de Queimado	82,50%	4,00	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00%	3,75	-	548.781
Depreciação acumulada			(65.156)	(295.704)
			147.375	746.609
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		1.694	1.704
Usina de Funil	49,00%		-	73
Usina de Aimorés	49,00%		-	416
Usina Igarapava	14,50%		-	56
Usina Porto Estrela	33,33%		-	8
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%		-	-
			1.694	2.257
Total de Consórcios - Controladora			149.069	748.866

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,5

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (“MME”) que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Jaguará”), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi retomado em 14 de agosto de 2014, nesta ocasião, porém, o julgamento foi adiado a pedido do Ministro Mauro Campbell Marques, que havia pedido vista dos autos na sessão de julgamento do dia 14 de maio de 2014.

O STJ retomou o julgamento no dia 27 de agosto de 2014, no entanto, a Cemig GT, que anexou documentos e memorial aos autos do processo, solicitou o adiamento do julgamento, sendo o pleito deferido pelo ministro Mauro Campbell.

No dia 10 de setembro de 2014 foi retomado o julgamento, e o Ministro Campbell, que havia pedido vista do processo, votou pela denegação da segurança pleiteada pela Companhia. Ato contínuo, o julgamento foi suspenso em virtude de um novo pedido de vista formulado pelo Ministro Benedito Gonçalves. Foi retomado o julgamento no dia 10 de dezembro de 2014, tendo o Ministro Benedito denegado da segurança. Houve novo pedido de vista feito pela Ministra Assusete Magalhães.

Dessa forma, o julgamento foi suspenso e tem um resultado parcial de dois votos favoráveis e quatro contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT.

Atualmente, os autos se encontram conclusos à Ministra Assusete Magalhães e o julgamento tem a previsão de ser retomado em 2015.

Por fim, ressalta-se que faltam votar, ainda, os Ministros Assusete Magalhães e Sérgio Kukina, da 1ª Seção do STJ. Continua vigente a liminar deferida para que a Cemig GT continue a explorar o serviço de geração na UHE Jaguará, nos termos do Contrato nº 007/1997, até o julgamento final do Mandado de Segurança. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta.

A Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/nº, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à

Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos.

Em 16 de setembro de 2014, o MME, por meio do Ofício nº 239/2014, solicitou manifestação da Cemig GT quanto ao interesse de permanecer responsável pela prestação do serviço público de geração de energia elétrica da UHE São Simão. Em resposta (Carta DPR-0558A/2014), a concessionária ressaltou que se reserva no direito de pronunciar sobre a manutenção da mencionada usina após o julgamento definitivo no âmbito administrativo (Recurso Hierárquico) e judicial (referente à UHE Jaguará, mesma situação jurídica e fática).

Em 04 de novembro de 2014, a Cemig GT recebeu novo Ofício nº 332/2014, para manifestar o interesse em permanecer responsável pela prestação do serviço, ressaltando que a não manifestação explícita seria entendida como uma negativa à solicitação do MME. Em resposta a esse Ofício, a Companhia reiterou, em 17 de novembro de 2014, o disposto na Carta DPR-0558A/2014.

O Recurso Hierárquico ainda se encontra pendente de apreciação pelo MME e pela Presidente da República.

Em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permaneça no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguará), ou, até reexame do pleito ora deferido.

13. INTANGÍVEL

A taxa de amortização média anual é de 20,0%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	85.856	(53.576)	32.280	99.716	(59.255)	40.461
Servidão	14.222	(1.338)	12.884	13.467	(1.957)	11.510
Concessão Onerosa	19.169	(8.806)	10.363	34.649	(14.757)	19.892
Outros	52.465	(43.432)	9.033	51.600	(42.541)	9.059
Em Curso	5.051	-	5.051	9.935	-	9.935
Ativos em formação	5.051	-	5.051	9.935	-	9.935
Intangível Líquido	90.907	(53.576)	37.331	109.651	(59.255)	50.396

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2014	Adição	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Amortização	Capitalização/Transferência	31/03/2015
Em Serviço	40.461	-	(1.148)	(8.697)	(2.099)	3.763	32.280
Servidão	11.510	-	(1.148)	-	(205)	2.727	12.884
Concessão Onerosa	19.892	-	-	(8.697)	(832)	-	10.363
Outros	9.059	-	-	-	(1.062)	1.036	9.033
Em Curso	9.935	242	-	(1.366)	-	(3.760)	5.051
Ativos em formação	9.935	242	-	(1.366)	-	(3.760)	5.051
Total	50.396	242	(1.148)	(10.063)	(2.099)	3	37.331

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia transferiu, no 1º trimestre de 2015, os ativos e passivos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica para a Aliança Geração de Energia, incluindo os saldos de concessões onerosas no valor de R\$440.502.

14. FORNECEDORES

	31/03/2015	31/12/2014
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	248.901	225.112
Materiais e Serviços	49.535	83.898
	298.436	309.010
Circulante	298.436	309.010

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante		
ICMS	44.871	38.226
PASEP	9.265	5.802
COFINS	42.695	26.727
INSS	4.147	4.351
ISSQN	760	1.086
Outros	7.763	8.045
	109.501	84.237
Não Circulante		
PASEP	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175
	101.233	101.233
	210.734	185.470

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 7 das Informações Contábeis Intermediárias.

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	31/03/2015						31/12/2014
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2024	1,78	EURO	643	10.647	11.290	10.526
Dívida em Moeda Estrangeira				643	10.647	11.290	10.526
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10 do CDI	R\$				918.828
				585.683	360.000	945.683	
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.903	78.851	86.754	88.667
Nota Promissória – 5ª emissão	2015	106,85 do CDI	R\$	1.528.520	-	1.528.520	1.483.984
FINEP	2018	TJLP+5,00 E TJLP +8	R\$	3.173	7.837	11.010	12.095
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	169.338	294.900	464.238	450.569
Consórcio Pipoca (2)	2015	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				2.294.802	741.588	3.036.390	2.954.328
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.295.445	752.235	3.047.680	2.964.854
Debêntures							
Debêntures (1) – 2ª série – 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68	R\$	-	-	-	554.158
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90	R\$	6.958	479.957	486.915	528.866
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6	R\$	1.632	244.745	246.377	248.272
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20	R\$	5.662	819.836	825.498	833.042
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	R\$	16.292	500.000	516.292	501.172
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI*1,7	R\$	51.710	1.400.000	1.451.710	1.406.336
Total de Debêntures				82.254	3.444.538	3.526.792	4.071.846
Total Geral Consolidado				2.377.699	4.196.773	6.574.472	7.036.700

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
 (2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Indexadores									
IPCA (1)	7.480	(97)	(48)	122.345	122.357	270.577	270.578	278.869	1.072.061
CDI (2)	2.358.501	1.007.394	1.327.463	700.000	0,00	-	-	-	5.393.358
TJLP (3)	8.384	10.766	10.765	9.982	7.631	7.631	7.631	34.973	97.763
EURO	643	1.183	1.183	1.183	1.183	1.183	1.183	3.549	11.290
Total	2.375.008	1.019.246	1.339.363	833.510	131.171	279.391	279.392	317.391	6.574.472

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
 (2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
 (3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Indexadores	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2015 %	Varição Acumulada no 1º Trimestre 2014 %
IPCA	3,83	2,18
FINEL	0,40	0,51
CDI	2,81	2,40

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.036.700
Financiamentos Obtidos	-
Variação Monetária e Cambial	41.501
Encargos Financeiros Provisionados	181.687
Encargos Financeiros Pagos	(163.696)
Amortização de Financiamentos	(521.720)
Saldo em 31 de março de 2015	6.574.472

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a março de 2015.

Garantias

Em 31 de março de 2015 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	31/03/2015
Nota Promissória e Aval	6.552.172
Recebíveis	11.010
Sem Garantia	11.290
TOTAL	6.574.472

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de março de 2015, possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	Saldo em 31/03/2015	Saldo em 31/12/2014
2ª série – 2ª Emissão	2015	Não há	IPCA + 7,68	-	554.158
1ª série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	486.915	528.866
2ª série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	246.377	248.272
3ª série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	825.498	833.042
4ª Emissão	2016	Quirografária	CDI + 0,85	516.292	501.172
5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 0,70	1.451.710	1.406.336
TOTAL				3.526.792	4.071.846

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão – RGR	13.214	12.898
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	4.831	3.255
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.084	2.067
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.187	4.118
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	6.194	4.160
Pesquisa e Desenvolvimento	81.813	70.837
Pesquisa Expansão Sistema Energético	3.235	2.219
	115.558	99.554
Passivo Circulante	47.033	45.727
Passivo Não Circulante	68.525	53.827

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	180.924	235.675	6.394	158.605	581.598
Despesa reconhecida no resultado	8.557	7.503	205	4.930	21.195
Contribuições Pagas	(6.341)	(4.021)	(120)	(728)	(11.210)
Passivo Líquido em 31 de março de 2015	183.140	239.157	6.479	162.807	591.583

Os valores registrados no Circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 31/03/2015
Trabalhistas	54.482	5.016	-	(421)	59.077
Cíveis	93	6	-	-	99
Tributárias	3.652	942	-	-	4.594
Ambientais	851	-	(851)	-	-
Regulatórias	1.446	946	-	(93)	2.299
Outras	32.220	25	(10.962)	(26)	21.257
Total	92.744	6.935	(11.813)	(540)	87.326

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$125.470 (R\$112.049 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$59.077 (R\$54.482 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Dentre as questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos

assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. O valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$31.196 (R\$30.579 em 31 de dezembro de 2014), que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$82.929 (R\$78.473 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$4.594 (R\$3.652 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$25.987 (R\$18.685 em 31 de dezembro de 2014), para os quais não há saldo provisionado em 31 de março de 2015 (R\$851 em 31 de dezembro de 2014).

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$15.918 (R\$13.267 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$2.299 (R\$1.446 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$19.977 (R\$23.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$42.193 (R\$26.399 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$1.379 foram provisionados (R\$8.568 em 31 de dezembro de 2014). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$57.664 (R\$56.386 em 31 de dezembro de 2014).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$201.397 (R\$196.281 em 31 de dezembro de 2014), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$252.913 (R\$250.154 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$26.165 (R\$25.535 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$204.865 (R\$195.470 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$134.433 (R\$126.893 em 31 de dezembro de 2014). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$269.621 (R\$253.706 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de

Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$81.664 (R\$76.844 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$19.118 (R\$18.508 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Aumento do Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R\$1.837.710, sem emissão de novas ações, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais. Este aumento decorre da aprovação da incorporação da Cemig Capim Branco pela Cemig GT.

Em 31 de março de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/03/2015	31/03/2014
Quantidade de Ações	2.896.785	2.896.785
Lucro do período	1.313.129	1.083.745
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,4533	0,3741

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.721.199	1.416.835
Receita de Transmissão – com impostos	80.262	69.267
Receita de Construção (b)	30.933	13.549
Transações com energia na CCEE (c)	999.954	1.307.812
Outras receitas operacionais	5.046	6.211
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (d)	(434.293)	(394.410)
	2.403.101	2.419.264

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Industrial	4.690.533	4.887.863	864.043	762.929
Comercial	90.701	79.731	21.661	17.909
Subtotal	4.781.234	4.967.594	885.704	780.838
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	27.326	109.340
	4.781.234	4.967.594	913.030	890.178
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	4.109.487	3.889.596	767.969	488.857
Suprimento não Faturado Líquido	-	-	40.200	37.800
	8.890.721	8.857.190	1.721.199	1.416.835

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período.

(c) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	136.271	119.891
COFINS	179.662	151.070
PIS-PASEP	38.997	32.781
ISSQN	222	324
	355.152	304.066
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	7.669	10.144
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	12.749	11.863
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.497	9.650
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	9.497	9.708
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	4.749	4.909
Taxa de Fiscalização	6.168	4.538
Compensação Financeiras de Recursos Hídricos	28.812	39.532
	79.141	90.344
	434.293	394.410

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2015	31/03/2014 Reclassificado
Pessoal (a)	83.474	73.108
Participação dos Empregados no Resultado	14.610	13.496
Obrigações Pós-Emprego	12.638	12.039
Materiais	3.350	2.906
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	77.518	37.490
Serviços de Terceiros (b)	32.101	35.618
Depreciação e Amortização	76.002	59.721
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.131)	2.958
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	72.218	64.947
Energia Elétrica Comprada para Revenda	607.782	355.699
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (c)	30.933	13.549
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	9.412	11.098
	1.014.907	682.629

a) Despesa com Pessoal	31/03/2015	31/03/2014
Remunerações e Encargos	71.415	62.916
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.872	4.414
Benefícios Assistenciais	7.485	7.242
	83.772	74.572
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(980)	(1.591)
	82.792	72.981
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário /Prêmio Aposentadoria	682	127
	83.474	73.108

b) Serviços de Terceiros	31/03/2015	31/03/2014
Comunicação	695	1.249
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	5.426	6.008
Conservação e Limpeza de Prédios	5.496	5.701
Mão de Obra Contratada	93	474
Fretes e Passagens	657	681
Hospedagem e Alimentação	1.028	1.174
Vigilância	3.430	2.364
Consultoria	389	4.439
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	340	376
Manutenção e Conservação de Veículos	837	759
Energia Elétrica	496	484
Meio Ambiente	6.263	4.730
Limpeza de Faixas	303	842
Serviços de Reprografia	329	249
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.098	1.822
Outros	5.221	4.266
	32.101	35.618

c) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	36	291
Materiais	26.497	3.456
Serviços de Terceiros	4.401	9.201
Outros	(1)	601
	30.933	13.549

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2015	31/03/2014
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	17.962	37.876
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.887	6.005
Variação Monetária	2.008	3.248
Ajuste a Valor Presente	1.064	4.911
Outras	5.209	450
	28.130	52.490
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(181.241)	(84.812)
Variação Monetária – Forluz	(8.557)	(6.650)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(40.788)	(44.391)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(5.737)	(11.259)
Variações Cambiais	(713)	(6)
Outras	(3.438)	(3.481)
	(240.474)	(150.599)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(212.344)	(98.109)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	276	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	7.467	-	-	-	-	-	(17.782)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	3.897	20.183	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(3.033)	(2.827)
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.993	1.993	-	-	-	-	-	-
Amazônia Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	269	270	-	-	(612)	(604)
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	33.875	11.988	2.502	2.773	58.442	36.723	(10.621)	(8.597)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	2.319	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	654	230	132	132	4.868	3.134	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.479	1.570	-	-	(3.356)	(3.259)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Debêntures (3)	-	-	-	-	-	-	-	(1.774)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	15.384	14.681	-	-	(8.557)	(6.650)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(4.872)	(4.414)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(1.249)	(1.260)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	327	308	-	-	(944)	(1.769)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	167.756	166.243	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	16.845	17.066	-	-	(7.708)	(7.554)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	228.791	225.003	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé.
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (5) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 22) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (7) Aluguel do edifício sede;
- (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 18).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 5, 14 e 22.

Adiantamento de entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em 06 de fevereiro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R\$74.667, conforme condição prevista na Cláusula 20ª do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 130% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA em função do suprimento de energia.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2014, proporcionalmente a participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig GT de 20,94% no fundo de investimento, em 31 de março de 2015, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig GT 20,94%
Axiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	2.138
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	10.788
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	2.051
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	4.574
Ativas	Debêntures	CDI + 3,5%	01/07/2017	4.620
Ativas	Debêntures	CDI + 3,5%	01/07/2017	5.775
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.180
Brasnorte	Notas Promissórias	108,00% do CDI	22/06/2016	1.840
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	1.083
				35.049

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela Cemig.

	31/03/2015	31/03/2014
Remuneração	3.759	2.219
Participação nos Resultados	715	643
Benefícios Pós Emprego	190	181
Benefícios Assistenciais	97	33
Total	4.761	3.076

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos financeiros	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Bancos	3.431	3.431	5.273	5.273
Equivalentes de Caixa - Aplicações	147.185	147.185	285.276	285.276
Fundos Vinculados	19.166	19.166	38	38
Consumidores e Revendedores	1.325.404	1.325.404	649.571	649.571
Concessionários - Transporte de Energia	36.927	36.927	37.655	37.655
Ativos Financeiros da Concessão	953.601	953.601	953.601	953.601
	2.485.714	2.485.714	1.931.414	1.931.414
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	19.681	19.534	69.648	69.125
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	216.969	216.969	541.389	541.389
Passivos Financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda SAAG	29.028	29.028	29.028	29.028
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	298.436	298.436	309.010	309.010
Concessões a Pagar	21.241	24.280	170.880	213.467
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	6.574.472	6.514.127	7.036.700	7.028.499
Dívida Pactuada com Forluz	183.140	183.140	180.924	180.924
	7.077.289	7.019.983	7.697.514	7.731.900

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	31/03/2015	31/12/2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	147.185	285.276
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	236.650	611.037
Fundos Vinculados	19.166	38
	403.001	896.351
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 16)	(5.393.358)	(5.289.762)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 16)	(97.763)	(100.762)
	(5.491.121)	(5.390.524)
Passivo Líquido Exposto	(5.088.120)	(4.494.173)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 31 de março de 2016, as taxas SELIC e TJLP serão de 13,00% e 6,50%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/03/2015	31 de março de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 13,00% TJLP 6,50%	Cenário Possível SELIC 16,25% TJLP 8,13%	Cenário Remoto SELIC 19,50% TJLP 9,75%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 3)	147.185	166.319	171.103	175.886
Títulos e Valores Mobiliários (nota 4)	236.650	267.415	275.106	282.797
Fundos Vinculados	19.166	21.658	22.280	22.903
	403.001	455.392	468.489	481.586
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 16)	(5.393.358)	(6.094.495)	(6.269.779)	(6.445.063)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 16)	(97.763)	(104.118)	(105.711)	(107.295)
	(5.491.121)	(6.198.613)	(6.375.490)	(6.552.358)
Passivo Líquido Exposto		(5.743.221)	(5.907.001)	(6.070.772)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(655.101)	(818.881)	(982.652)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março de 2015. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	31/03/2015	31/12/2014
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(1.072.061)	(1.635.650)
(-) Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M	953.601	953.601
Passivo Líquido Exposto	(118.460)	(682.049)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2016, as taxas IPCA e IGP-M serão de 6,08% e 5,57%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	31/03/2015	31 de março de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,08% IGP-M 5,57%	Cenário Possível IPCA 7,60% IGP-M 6,96%	Cenário Remoto IPCA 9,12% IGP-M 8,36%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - IPCA (nota 16)	(1.072.061)	(1.137.242)	(1.153.538)	(1.169.833)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M	953.601	1.006.717	1.019.972	1.033.322
	(118.460)	(130.525)	(133.566)	(136.511)
Passivo Líquido Exposto		(12.065)	(15.106)	(18.051)
Efeito Líquido da Variação da inflação		(12.065)	(15.106)	(18.051)

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	291.067	7.369	-	-	-	298.436
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	78.498	1.579.241	1.195.547	4.722.330	903.459	8.479.075
Concessões a pagar	431	1.425	2.340	8.637	13.910	26.743
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.168	4.352	20.085	120.400	153.473	300.478
	372.164	1.592.387	1.217.972	4.851.367	1.070.842	9.104.732

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de março de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.805.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“covenant”) de certificação anual, que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a Cemig GT a providenciar, em até 6 meses contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	31/03/2015	31/12/2014
Total do Passivo	8.539.770	8.891.426
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3)	(150.616)	(290.549)
Passivo Líquido	8.389.154	8.600.877
Total do Patrimônio Líquido	4.937.449	3.486.610
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,70	2,47

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/03/2015	Valor justo em 31 de março de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	21.049	-	21.049	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	154.255	-	154.255	-
Letras Financeiras do Tesouro	13.718	13.718	-	-
Debêntures	43.543	-	43.543	-
Outros	4.085	-	4.085	-
	236.650	13.718	222.932	-
Passivos				
Opções de venda SAAG	(29.028)	-	-	(29.028)
	207.622	13.718	222.932	(29.028)

Metodologia de cálculo do valor justo

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 10 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

27. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2015 e 2014 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de março de 2015		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	12.051.238	1.425.981	13.477.219
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.638.128	-	5.638.128
ADIÇÕES AO SEGMENTO	331.648	30.933	3
RECEITA LÍQUIDA	2.307.165	95.936	2.403.101
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(607.782)	-	(607.782)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(72.160)	(58)	(72.218)
	(679.942)	(58)	(680.000)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(50.146)	(33.328)	(83.474)
Participação dos Empregados no Resultado	(9.906)	(4.704)	(14.610)
Obrigações Pós Emprego	(8.568)	(4.070)	(12.638)
Materiais	(2.382)	(968)	(3.350)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(77.518)	-	(77.518)
Serviços de Terceiros	(25.721)	(6.380)	(32.101)
Depreciação e Amortização	(76.002)	-	(76.002)
Provisões	3.479	1.652	5.131
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(30.933)	(30.933)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(7.310)	(2.102)	(9.412)
	(254.074)	(80.833)	(334.907)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(934.016)	(80.891)	(1.014.907)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(37.293)	-	(37.293)
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530	-	734.530
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	2.070.386	15.045	2.085.431
Receitas Financeiras	21.185	6.945	28.130
Despesas Financeiras	(193.238)	(47.236)	(240.474)
Resultado antes do IR e CSLL	1.898.333	(25.246)	1.873.087
Imposto de Renda e Contribuição Social	(571.980)	12.022	(559.958)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.326.353	(13.224)	1.313.129

DESCRIÇÃO	31 de março de 2014 - Reclassificado		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	10.652.868	990.056	11.642.924
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.039.033	-	4.039.033
ADIÇÕES AO SEGMENTO	1.630.419	13.549	1.643.968
RECEITA LÍQUIDA	2.358.604	60.660	2.419.264
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(355.699)	-	(355.699)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(64.865)	(82)	(64.947)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(48.453)	(24.655)	(73.108)
Participação dos Empregados	(9.393)	(4.103)	(13.496)
Obrigação Pós Emprego	(8.384)	(3.655)	(12.039)
Material	(1.965)	(941)	(2.906)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(37.490)	-	(37.490)
Serviços de Terceiros	(28.294)	(7.324)	(35.618)
Depreciação e Amortização	(59.721)	-	(59.721)
Provisões	(2.059)	(899)	(2.958)
Custo de Construção	-	(13.549)	(13.549)
Outras	(7.883)	(3.215)	(11.098)
	(203.642)	(58.341)	(261.983)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(624.206)	(58.423)	(682.629)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.049	-	1.049
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.735.447	2.237	1.737.684
Receitas Financeiras	37.173	15.317	52.490
Despesas Financeiras	(85.827)	(64.772)	(150.599)
Resultado antes do IR e CSLL	1.686.793	(47.218)	1.639.575
Imposto de Renda e Contribuição Social	(571.848)	16.018	(555.830)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.114.945	(31.200)	1.083.745

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de março de 2015, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/03/2015	31/03/2014
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	734.530	-
Receita de construção	30.923	13.549
	765.453	13.549

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Possível Alienação de Participação da Light energia na Renova Energia

Em 07 de maio de 2015, a Companhia comunicou ao mercado que a Light Energia está mantendo tratativas preliminares visando possível alienação das ações de emissão da Renova Energia de sua titularidade. Por oportuno, a Light Energia esclarece que inexistem, até o momento, qualquer acordo definitivo sobre os termos e condições desta potencial operação nem qualquer compromisso que vincule a Light Energia à realização da operação.

Celebração de Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários e Memorando de Entendimentos pela Renova Energia

Em 07 de maio de 2015, foi celebrado o Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários entre a Renova Energia, a SE Emerging Markets Yield, Inc. (TerraForm Global) e a SunEdison Inc. (SunEdison) por meio do qual a Renova Energia se compromete a contribuir determinados ativos operacionais na TerraForm Global. O Acordo, sujeito a certas condições precedentes, incluindo a realização do IPO da TerraForm Global, a obtenção de consentimento de terceiros e aprovações regulatórias, incluindo CADE, Aneel e Eletrobrás, prevê que a Renova Energia irá contribuir os ativos relativos aos projetos da Espira, Salvador e Bahia, com 336,2 MW de capacidade instalada, ao valor de R\$1.613.000, sujeitos aos ajustes contemplados no Acordo, sendo que a Renova Energia terá o direito de optar, a seu exclusivo critério, se referido valor será recebido em dinheiro ou em ações da Terraform Global.

Também nesta data, foi celebrado um memorando de entendimentos entre a Renova Energia, a TerraForm Global e a SunEdison por meio do qual a Renova Energia terá um prazo para avaliar e negociar a contribuição de outros ativos operacionais e não-operacionais e projetos para desenvolvimento futuro, bem como direitos e obrigações que a Renova Energia julgar apropriado para governar o potencial relacionamento de longo prazo entre a Renova Energia, a TerraForm Global e a SunEdison.

Concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I

Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara, formado pela controlada Itaocara Energia e pela Cemig GT, com participações de 51% e 49%, respectivamente, sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela ANEEL, relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I, com capacidade instalada de 150,0 MW. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e tem previsão de entrar em operação no segundo trimestre de 2018. O investimento total é de aproximadamente R\$1.000.000, com energia vendida por 30 anos, no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), ao preço de R\$154,99/MWh (data base abril de 2015).

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

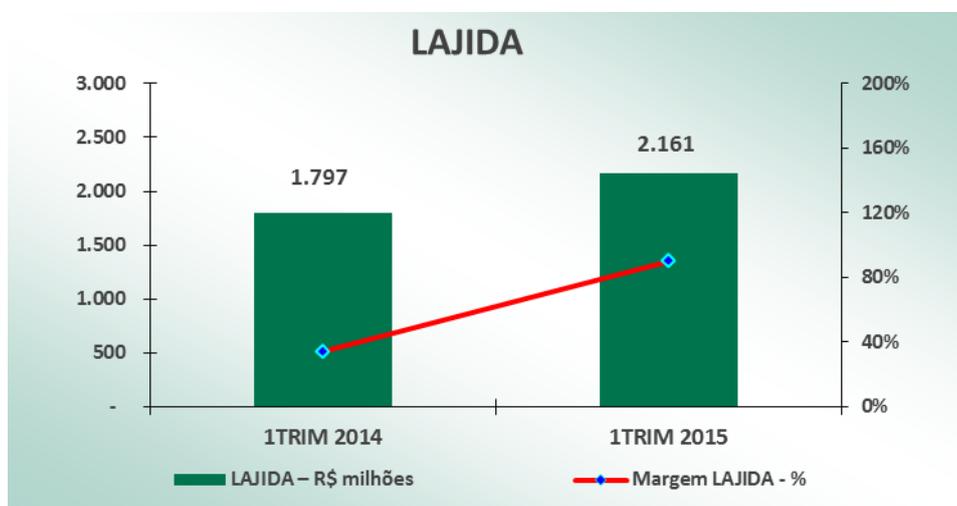
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2015, um resultado de R\$1.313.129, em comparação ao resultado de R\$1.083.745 no mesmo período de 2014, um aumento de 21,17%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou crescimento no primeiro trimestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2015	31/03/2014	Var %
Resultado do Período	1.313.129	1.083.745	21,17
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	559.958	555.830	0,74
+ Resultado Financeiro Líquido	212.344	98.109	116,44
+ Amortização e Depreciação	76.002	59.721	27,26
= LAJIDA	2.161.433	1.797.405	20,25



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações financeiras intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2015, em comparação ao mesmo período de 2014 deve-se, principalmente, ao crescimento de 14,24% verificado no Resultado Operacional Antes dos Impostos, o qual foi impactado pela receita de R\$734.530

proveniente do resultado de valor justo em operação societária. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 34,37% para 89,94%.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$		Preço Médio – R\$/MWh	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Industrial	4.690.533	4.887.863	864.044	762.929	184,21	156,09
Comercial	90.701	79.731	21.661	17.909	238,82	224,62
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	27.325	109.340	-	-
	4.781.234	4.967.594	913.030	890.178	190,96	179,20
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	4.109.487	3.889.596	767.969	488.857	186,88	125,68
Suprimento não Faturado Líquido	-	-	40.200	37.800	-	-
	8.890.721	8.857.190	1.721.199	1.416.835	193,59	159,96

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.721.199 no primeiro trimestre de 2015 em comparação a R\$1.416.835 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 21,48%. Este resultado decorre, basicamente, do aumento de 21,02% no preço médio praticado, considerando o maior custo da energia em 2015, tendo em vista o baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R\$80.262 no primeiro trimestre de 2015 comparado a R\$69.267 no mesmo período de 2014, representando aumento de 15,87% devido a novos investimentos no período e atualização pela inflação da receita anterior.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$999.954 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$1.307.812 no mesmo período de 2014, redução de 23,54%. Esta variação decorre, principalmente, da redução de 42,00% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD (R\$388,48/MWh em 2015 e R\$669,76/MWh em 2014).

Além da redução no preço da energia, a geração de energia das usinas no 1º trimestre de 2015, medida pelo GSF, foi menor na comparação com o período anterior, sendo de 0,80 na média do 1º trimestre de 2015 na comparação com 0,97 na média do 1º trimestre de 2014.

Apesar da redução do GSF, a Companhia teve mais energia disponível para liquidação no mercado atacadista de energia em 2015, o que compensou parcialmente a redução no preço médio de vendas.

Impostos incidentes sobre a receita operacional

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$434.293 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$350.340 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 23,96%. Este aumento é decorrente, basicamente, da maior receita em 2015 sobre a qual os impostos são incidentes.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.014.907 no primeiro trimestre de 2015 em comparação com R\$682.629 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 48,68%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nos custos e despesas operacionais, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$607.782 no primeiro trimestre de 2015 em comparação com R\$355.699 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 70,87%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 61,16% no volume de energia comprada em 2015 (3.669.685 MWh) comparado com 2014 (2.277.008 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado brasileiro.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$83.474 no primeiro trimestre de 2015 em comparação com R\$73.108 no mesmo período de 2014, representando um crescimento de 14,18%. Essa variação decorre, principalmente, de reajustes salariais, em função do Acordo Coletivo do Trabalho, cujos percentuais aplicados foram 6,34% e do resultado do dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados da Companhia, que determinou o reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015.

Depreciação e Amortização

A despesa com depreciação e amortização foi de R\$76.002 no primeiro trimestre de 2015 em comparação com R\$59.721 no mesmo período de 2014, representando um aumento de 27,26%. Essa variação decorre basicamente de ajuste credor em 2014, referente à revisão de despesa registrada em períodos anteriores, no montante de R\$21.000.

Matéria-Prima

A despesa com matéria prima e insumos para produção de energia foi de R\$77.518 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$37.490 no mesmo período de 2014 apresentando crescimento de 106,77%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, associado ao aumento de 28,93% no custo médio de compra no 1º trimestre de 2015 na comparação com o período anterior.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento de 128,30% no primeiro trimestre de 2015 (R\$30.933) comparado ao mesmo período de 2014 (R\$13.549). Este custo é 100% compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 21 das Informações Contábeis Intermediárias.

Demais Itens de Custos e Despesas Operacionais

Os demais itens de Custos e Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$139.198 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$143.062 no mesmo período de 2014, apresentando redução de 2,70%.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, o ganho de R\$734.530 referente a avaliação a valor justo dos ativos da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 11.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$212.344 no primeiro trimestre de 2015 comparado a uma despesa financeira líquida de R\$98.109 no mesmo período de 2014, aumento de 116,44%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- redução na receita de aplicações financeiras: R\$17.962 no primeiro trimestre de 2014 comparados a R\$37.876 no mesmo 2014, apresentando redução de 52,58% em função de menor volume de recursos aplicados;
- redução na receita de acréscimos moratórios na conta de energia R\$1.887 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$6.005 no mesmo período e 2014 apresentando redução de 68,58%. O valor apurado em 2014 foi impactado pelo recebimento de multa contratual em função da rescisão unilateral, por alguns clientes, do contrato de fornecimento de energia;

- aumento nos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$181.241 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$84.812 no mesmo período de 2014, aumento de 113,70% decorrente, principalmente, do aumento da dívida indexada ao CDI em 2015 aliado à variação deste indexador em 2015 (2,81%) comparado a 2014 (2,40%);
- redução de 49,05% da despesa de variação monetária referente à concessão onerosa no valor de R\$5.737 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$11.259 no mesmo período de 2014, decorrente da transferência da concessão de Porto Estrela para a Aliança;
- redução no resultado líquido de ajuste a valor presente: receita de R\$1.064 no primeiro trimestre de 2015 comparados a R\$4.911 no mesmo período de 2014, representando redução de 78,33% decorrente, principalmente, da queda do IGPM no atual período (2,03%) na comparação com 2014 (2,55%).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no primeiro trimestre de 2015, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$559.958 em relação ao Resultado de R\$1.873.087 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 29,89%. No mesmo período de 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$555.830 em relação ao Resultado de R\$1.639.575 antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,90%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às informações contábeis intermediárias, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguram que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais das UHEs Jaguará e São Simão em suas informações contábeis intermediárias, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.